

# APROPRIAÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA EM “MELHOR A EMENTA QUE O CIANETO”, DE ANA MARGARIDA DE CARVALHO

Adriana GONÇALVES\*

- **RESUMO:** A manutenção da memória frente à política de apagamento de traumas coletivos atua como resistência e prevenção da repetição cíclica da história. Por outro prisma, a pretensa manutenção da memória também pode ser uma via de legitimação de políticas que destituem o estatuto de sujeitos da memória para torná-los objeto de uma memória narrada por outros. O personagem do conto “Melhor a ementa que o cianeto”, de Ana Margarida de Carvalho, torna-se alvo dessas políticas. Publicado em *Uma terra prometida*, 2016, o conto possui como protagonista um residente do centro para idosos refugiados. Neste centro, ele é constantemente interpelado sobre suas memórias, de forma a preencher lacunas nas narrativas que as organizações europeias detêm sobre seu passado. Narrado em terceira pessoa, o conto sintetiza a tentativa institucional de gerenciamento dessas memórias como mecanismo reparador. Sendo assim, buscamos estabelecer a partir do personagem-refugiado uma compreensão do uso político da memória que não está ancorado nos estratagemas do esquecer, mas nos do lembrar. Para viabilizar essas considerações, contaremos com as discussões de Jeanne Marie Gagnebin (2009) e Aleida Assmann (2011) acerca da indissociação entre os movimentos do lembrar e do esquecer e de Judith Butler (2015) e Andreas Huyssen (2014) sobre o discurso da memória e a ética do esquecimento.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ana Margarida de Carvalho. Deslocamento. Memória. Política. Identidade.

## Introdução

“Do inferno ninguém regressa”, esse é o vaticínio que ecoa na memória do personagem e do leitor do conto de Ana Margarida de Carvalho. O segundo da coletânea *Uma terra prometida: contos sobre refugiados*, organizada por José Fanha, em 2016. Seu título, “Melhor a ementa que o cianeto”, estabelece um

---

\* UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. Departamento de Letras. Divinópolis – MG – Brasil. 35501-170– adriana.goncalves@uemg.br

trocadilho com o dito popular “Pior a emenda que o soneto”<sup>1</sup>, voltando-se a uma crítica mordaz às políticas de apaziguamento da situação de desamparo vivenciada pelos refugiados na Europa, atitudes tantas vezes anódinas. A assertiva com que abrimos este texto irá se tornar o título do conto em *Pequenos delírios domésticos* (2017), primeiro livro da escritora no gênero e o quarto em sua produção de ficção.

Como acontece com outros de seus contos, a narrativa volta-se a um protagonista deslocado, esquecido, anônimo, vivendo em uma *Casa de Repouso*, local em que, no dizer do narrador, o que menos se faz é descansar. Meio século após sua chegada na Europa, sobrevivente do naufrágio em que seu irmão não teve a mesma sorte, o verdadeiro nome do personagem não é conhecido na trama, uma vez que ao extravasar de forma angustiada o nome do irmão durante seu resgate – Saadi – os Europeus assim o registraram, acreditando ser esta a sua identidade.

A partir do personagem refugiado sírio, o conto volta-se a um exercício quase distópico, ao se pensar o futuro dos deslocados na sociedade europeia e as políticas de reparação histórica possivelmente exercidas pelo poder público e/ou grupos institucionais. No universo ficcional, essas políticas direcionadas aos refugiados ancoram a discussão acerca da apropriação política da memória, pela insistência por informações e narrativas por parte destes grupos. Narrado em terceira pessoa, o conto sintetiza a tentativa institucional de gerenciamento dessas memórias como mecanismo reparador e imputa questões éticas e políticas à utilização do passado.

Dado o exposto, buscamos realizar a partir do personagem-refugiado uma compreensão do uso político da memória no conto de Ana Margarida de Carvalho. De forma mais precisa, intentamos perceber como o conto sinaliza questionamentos acerca dos limites éticos envolvidos na busca de resgate e apropriação das memórias do personagem.

Partindo da possibilidade de uma virada dos usos políticos da memória no século XXI, que não estariam agora ancorados nos estratagemas do esquecer, mas nos do lembrar, entendemos que a ficção de Ana Margarida de Carvalho desnuda o avesso do véu que encobre os discursos acerca da importância de manutenção da memória, demonstrando alguns pontos nodais em crescimento.

Para viabilizar essas considerações, realizaremos na primeira seção alguns apontamentos acerca da condição de refugiado do personagem e sua identidade deslocada, a partir das contribuições de Edward Said em *Reflexões sobre o exílio* e de

---

<sup>1</sup> Há alguns folclores acerca do surgimento da expressão, uma possível explicação pode estar em Sá de Miranda ou Bocage. Seguindo a cronologia, a primeira refere-se ao século XV, quando mediante a definição de muitas das regras de composição lírica, convencionou-se que a inserção após o soneto pronto só faria prejudicar a métrica e o ritmo (CARVALHO, 2010). Em medida semelhante, a segunda explicação remonta à Bocage, que haveria recebido um soneto para apreciação de um aspirante a poeta, mas devolveu-lhe sem nenhuma inserção, justificando a impossibilidade de remendo no texto (PIMENTA, 2002). O fato é que, independentemente da gênese, o sentido adquirido passa sempre pela concepção de que o remendo leva a cair em pior erro que o anterior (NEVES, 1992)

Peter Burke em *Perdas e Ganhos*. Na segunda seção, contaremos com as discussões de Jeanne Maurice Gagnebin em *Lembrar escrever esquecer* e Aleida Assmann em *Espaços da recordação*, partindo da indissociação entre os movimentos do lembrar e do esquecer. Para questões acerca do discurso da memória e sobre a ética do esquecimento, buscaremos as contribuições de Judith Butler em *Relatar a si mesmo* e Andreas Huyssen em *Culturas do Passado-Presente*.

### **Algumas considerações inspectivas: o sujeito das memórias**

Recordam-nos os pressupostos de Walter Benjamin, em *Teses sobre o conceito de história*, que a manutenção da memória frente à política de apagamento de traumas coletivos atua como medida ética de resistência e prevenção da repetição cíclica do evento. Por outro prisma, a pretensa manutenção da memória também pode ser uma via de legitimação de políticas que destituem o estatuto de sujeitos da memória para torná-los objeto de uma memória narrada por outros. O personagem do conto “Melhor a ementa que o cianeto”, de Ana Margarida de Carvalho, parece tornar-se alvo da última opção.

Ponderando o que Maurice Halbwachs expõe em *A memória coletiva* acerca da interrelação entre espaço e memória, podemos observar que o deslocamento vivenciado pelo personagem refugiado incidirá sobremaneira no rompimento de vínculos que ultrapassam a materialidade geográfica. Ao deslocamento físico, soma-se um deslocamento identitário, sobretudo pela impossibilidade de recuperação de uma temporalidade específica. Dentre as leituras possíveis, portanto, a trama conduz uma nítida relação entre **deslocamento, identidade e memória**.

Acerca do **deslocamento**, urge considerar que o personagem do conto de Ana Margarida de Carvalho divide com uma grande parcela de seus contemporâneos a experiência da partida forçada de seu espaço natal. Se o século XX foi, no dizer de Eric Hobsbawn, a *Era dos extremos*, o século XXI em suas duas décadas não ensejou um apaziguamento dos conflitos bélicos, tornando-se a era dos indivíduos deslocados, para tomarmos de empréstimo as considerações de Edward Said em *Reflexões sobre o exílio*.

A condição de deslocado surge logo no início do conto, metaforizada no caráter irrequieto do idoso: “Dedos inspectivos, cautelosos, insidiosos a entreabrir a persiana. Dedos fúgitivos, clandestinos, infratores” (Carvalho, 2016, p.19). O ato de abrir a persiana realiza uma insubordinação, símbolo da condição de ilegalidade imputada ao deslocamento do refugiado, estabelecendo-se duplamente o caráter infracionário, sendo o primeiro a sua permanência no país. Evidencia-se ainda neste pequeno gesto a condição de enclausuramento naquele espaço, *topos* recorrente na produção da escritora<sup>2</sup>. As advertências recebidas pelo idoso ao perscrutar a

<sup>2</sup> Em entrevista concedida, a autora declara: “Percebi que, de maneira involuntária que [sic] o espaço

persiana são denunciadoras da privação da liberdade e da existência de um código de ética diverso de um lar.

Apartado de seu país, um estranho em terra estranha, é sintomático que 50 anos após sua chegada o personagem viva em um espaço que possa ser considerado pela perspectiva de Marc Augé (1994) como um não-lugar, um lugar de passagem e não de permanência, sem identidade, asséptico, como podemos verificar pela permanência do branco, da limpeza, dos barulhos dos solados de borracha ao corredor, o que denuncia a todo o momento a técnica “a produzir aquele ruído de ósculo sintético” (Carvalho, 2016, p. 19).

A construção **identitária** do personagem nas primeiras páginas do conto parece emergir deste branco<sup>3</sup>. Não ao acaso, o leitor desconhecerá seu nome próprio, precisando assumir junto aos demais personagens a identidade de engodo do protagonista, tomando-o por Saadi, como faremos a partir daqui:

Queriam saber o seu nome. E ele abria a boca e não saía nada. Tentava novamente e as cordas vocais não lhe obedeciam. Até que cerrou os punhos e os olhos, soltou um berro e gritou desesperado SAADI, o nome do irmão mais novo, cujo braço se tinha desprendido da sua mão durante o naufrágio. Os voluntários da associação voluntária assentaram aquele como seu nome nos registros. Assim ficou para os Europeus, com o nome e identidade do irmão perdido (Carvalho, 2016, p. 25).

Peter Burke, em *Perdas e Ganhos*, argumenta acerca da cisão das identidades individuais sofrida pelos deslocados, destacando que a perda das antigas profissões e dos seus traços constituintes em amplo aspecto incita, muitas vezes, a mudança de nome no novo território. Inadvertidamente para o personagem do conto de Ana Margarida de Carvalho a mudança não foi premeditada ou paulatina, mas inesperada e imediata. Tornou-se “O outro que era ele. O irmão perdido no mar e que ele reencontrou em seus próprios registros de identidade” (Carvalho, 2016, p. 27).

À pergunta realizada em seu resgate, “Qual é o seu nome?” e à pergunta realizada acerca de seu irmão cinquenta anos depois, diante do álbum de fotografia da família, “Quem é este?”, subjaz uma outra, mais difícil e complexa de responder: “Quem é você?”. É nesta tríade de questionamentos que deslocamento, memória e identidade se interseccionam.

---

fechado está muito constante na minha cabeça, a sensação de sufoco. E isso é meio perturbante, pois parece que estou escrevendo sempre sobre o mesmo livro” (Carvalho, 2019, p. 3).

<sup>3</sup> Lembramos aqui as considerações de David Le Breton acerca da tentação contemporânea de buscar o branco, a busca de um desaparecimento de si, provocado pela constante urgência de inscrição e exposição de nossas identidades. (LE BRETON, 2018).

Claro está que a ausência de nome do velho Saadi alça-o ao estatuto de representante de um grupo identitário, pautado pela condição do refúgio. Entretanto, embora os refugiados, como condição, ocupem o espaço de uma experiência coletiva, não se pode apagar a faceta individual desta vivência, sob pena de torná-los objetos de discursos e não agentes de seus próprios discursos, conforme reflete o narrador do conto:

[...] durante anos, aos refugiados pouco deram os seus ouvidos, mas muitos deram a sua voz em eloquentes e vãos discursos, que causavam aplausos, reuniam votos, constituíam reputações, petições, manifestações, mas não resolviam nada.” (Carvalho, 2016, p. 26).

Suas narrativas de vida se tornaram desde a chegada ao continente europeu, portanto, matéria para um discurso politicamente enviesado, que aponta a um mecanismo de apaziguamento e atenuação a partir de narrativas vazias que “não resolviam nada”. Zygmunt Bauman, em *Estranhos à nossa porta*, salienta que a própria construção de um discurso de “crise migratória”, ventilado nos meios de comunicação, perfaz um discurso de uso ideológico destes deslocamentos. Assim, as narrativas nacionalistas que emitem força e rigidez para controle dos imigrantes se tornam sedutoras e colaboram para uma desumanização destes corpos, servindo mais a um mecanismo de geração de medo e apartamento ao desconhecido, ao passo que oferecem formas protetivas como solução.

Passando ao tempo do enunciado pelo narrador, ou seja, realizando uma projeção adiante ao fenômeno de imigração em massa, temos algumas ações sendo desenvolvidas como formas de reparação histórica às más políticas de acolhimento aos refugiados pela Europa. Dentre as políticas impetradas, o conto apresenta ao menos duas vertentes: a primeira, uma busca de um hedonismo falseado, simulado pelos técnicos da *Casa de Repouso*, “Havia instruções superiores para proporcionar a estes velhos toda a alegria que lhes fora negada durante as suas impoéticas juventudes” (Carvalho, 2016, p. 22); e a segunda, a realização de uma recuperação de suas memórias pelos voluntários do *Comité de Remissão Social de Culpas Europeias no Caso dos Refugiados da Síria* (CRSCECRS), que depende da cooperação e narrativa do personagem para que se concretize a busca d’ “A carta extraviada de um baralho que eles tentavam completar” (Carvalho, 2016, p. 28).

Conscientes destas ações, observamos que a dinâmica identitária vivenciada pelo personagem do conto se torna indissociável do trato da **memória**. Se em regimes autoritários do século XX foi comum que se buscassem estratégias de esquecimento e de apagamento de recordações politicamente não desejadas, mitigando os rastros históricos dos quais governos e segmentos de poder não desejassem a permanência, a trama construída na ficção da autora parte a uma outra dinâmica de manipulação da memória, pautada na recordação como forma de reparação histórica. Em outros

termos, a apropriação política parte, no conto, de um lugar menos habitual: o do estratagema do lembrar e não do esquecer.

### **A instrumentalização da memória como atenuação de consciências**

Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar Escrever Esquecer*, problematiza a relação paradoxal entre os dois segmentos da memória, advertindo para o caráter persuasivo de ambos: de um lado, apoiada em Benjamin, argumenta acerca da necessidade de não esquecermos os mortos e os vencidos; enquanto de outro, ancorada em Nietzsche, a necessidade de não sucumbirmos à ilusão da acumulação, alertando à necessidade de também sabermos esquecer.

É-nos imperativo ter no horizonte deste paradoxo, entretanto, que no gesto do lembrar haverá sempre uma parcela de esquecimento e, na tentativa de esquecimento, haverá sempre uma parcela relutante a ele. A dinâmica adensa-se ainda mais se levamos em consideração as esferas pública e privada da memória, bem como suas separações e simbioses.

No conto analisado, as dinâmicas da memória estão centralizadas na tensão entre o velho Saadi e o *Comité* europeu (CRSCECRS). Este último realiza visitas sistemáticas ao abrigo para recuperação do registro histórico da família dos refugiados. O personagem é interpelado constantemente por esta organização acerca de suas recordações, negando durante muito tempo a delatá-las. Saadi não quer falar.

Sua recusa demonstra enfado à certa plasticidade no trato recebido, como também à disputa de egos entre os técnicos da *Casa de Repouso* e os voluntários do *Comité*, envolvidos nos mesmos meandros discursivos de sempre, com as artimanhas no tom da voz “treinada para lidar com o stress pós-traumático dos refugiados” (Carvalho, 2016, p. 23).

Recordando a discussão de Judith Butler em *Relatar a si mesmo*, quando somos impelidos a narrar-nos frente a um tu, construímos também um processo de reconhecimento e de busca de autotransparência que terminam constantemente inacabados e frustrados. (Butler, 2015, p. 46). A ausência do relato que se impõe na narrativa não diz respeito, entretanto, apenas às memórias do trauma ou à frustração da impossibilidade da linguagem abarcar sua totalidade. Antes, a ausência do relato torna-se sintomática do não-reconhecimento entre o par que se encontra aqui confrontado, o refugiado sírio e o comitê europeu: “[...] enquanto lhe pespegavam com o álbum de retratos, e com jeitos paliativos o induziam a falar, colocaria a sua melhor cara de paisagem [...]” (Carvalho, 2016, p. 20).

Isto porque a narração de si implica um desvelamento da faceta do outro e o aceite tácito de um vínculo:

A recusa de narrar não deixa de ser uma relação com a narrativa e com a cena de interpelação. Como narrativa negada, ela recusa a relação pressuposta pelo interrogador ou a modifica, de modo que o questionado rechaça o questionador. (Butler, 2015, p. 23).

Há uma grande dificuldade por parte do personagem de realizar este relato. Após a alteração identitária que ocorreu meio ao acaso, Saadi não compreende a necessidade da realização desta revelação somente agora:

Para quê revelar a estes desconhecidos o seu verdadeiro nome, a sua tragédia íntima, passado meio século, quando na altura tanto procurou voltar para o mar, pediu ajuda, suplicou que lhe encontrassem o irmão [...] (Carvalho, 2016, p. 27)

A recusa do vínculo é, portanto, uma paridade da negação da escuta de quando havia o desejo de fala. Além disso, quando o “tu” remete a uma coletividade pouco corpórea como é o caso do *Comité* da narrativa, a requisição deste narrar enseja alguns questionamentos: Qual memória será construída a partir do relato do personagem? Qual será sua destinação? Quanto há de memória coletiva neste relato? Não haveria nesta narrativa uma parcela individual vilipendiada? Quais os limites éticos para se solicitar ao outro uma narrativa do trauma? Haveria também um direito ao esquecimento? Entre outras.

Claro está que o silêncio do personagem, a recusa às informações requeridas, não se insere nas égides do esquecimento, mas ratifica uma escolha consciente de negação ao vínculo e de controle sobre seu presente: “E, enquanto o levavam para a salinha, ia apreensivo: há coisas na memória que a gente nunca deve desenterrar, sob pena de ficarem os espectros à solta, insepultos” (Carvalho, 2016, p. 24).

À parte as discussões acerca dos mecanismos ilusórios do lembrar e da tomada da memória como verdade, a busca por esta rememoração no conto por parte do *Comité* enseja uma política de correção histórica que, minimamente, parece pouco eficaz ou, que em verdade, ensaia um falseamento de reparação. O narrador contextualiza esta dívida histórica nos seguintes termos:

Tratava-se de reconstituir famílias, reatar parentescos [...] todos eles apartados numa guerra de cinzas, desencontrados em travessias desesperadas, e extraviados numa Europa que não soube acolher, mas desviar os olhos, construir muros, eriçar-se em arames farpados, enxotá-los para campos lamacentos e insalubres, e agora, cinquenta anos depois, perguntava: *Warum* (a maldição histórica interrogativa da humanidade)? Que paz foi essa que oferecemos? (Carvalho, 2016, p. 24)

Na trama ficcional, enquanto de um lado há um ensaio de reparação, do outro Saadi encena um esquecimento. Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 101) argumenta que o esquecer pode assumir formas duvidosas, como o “fazer de conta”, o “denegar” e o “recalçar”. Na visita narrada no conto, Saadi recusa a repetição enfadonha da pantomina, chegando a cogitar fingir que está dormindo: “Saadi estava cansado de obséquios. Não fossem as forças subtraídas pelos anos, mandava às urtigas todo este festival de remorso colectivo tardio” (Carvalho, 2016, p. 24).

A apropriação de uma memória particular para atenuação de uma culpa coletiva insere a discussão da trama em um patamar ético acerca dos usos políticos da memória. Esta política parece estar mais relacionada ao caráter monumentalizante que, tantas vezes dotado da mesma ilusão épica, engessou e enviésou as narrativas. Retomando uma das referências de Jeanne Marie Gagnebin (*apud*, 2009, p. 98), “Sacralizar a memória”, diz Todorov, “é uma outra maneira de torná-la estéril.”.

Andreas Huyssen, em *Culturas do Passado-Presente*, também atesta a preocupação com o teor monumentalizante das memórias. Em sua concepção, o Ocidente busca no passado formas de legitimar o presente, *práxis* que carrega o perigo da instrumentalização da memória, como “um pálido substituto de justiça”.

O discurso da memória costuma concernir a passados coletivos e a seus efeitos no presente, mas lhe falta uma sólida dimensão normativa jurídica que leve diretamente às reivindicações de direitos legais de indivíduo ou grupos. Não é à toa que o campo da reparação e do ressarcimento jurídicos baseado na memória continua sumamente controvertido. (Huyssen, 2014, p. 200)

O trabalho voluntário do *Comitê* do conto realiza uma tensão entre a ajuda humanitária e objetivos escusos de *remissão de culpa*, incutidos em sua própria denominação. Embora a manutenção destas memórias seja imprescindível, fatores como a morosidade para o início do projeto colocam em xeque os reais motivos desta política.

O conto parece apontar, portanto, aos riscos do gerenciamento institucional das memórias, uma vez que “tanto o discurso dos direitos quanto o da memória são alvos fáceis de abuso, como véu político para encobrir interesses particulares” (Huyssen, 2014, p. 201), reflexão que pode ser vislumbrada nas estratégias de apagamento destacadas pela própria trama narrativa:

Já lhe punham o álbum amarelecido no colo e apontavam para as fotografias. Analógicas, uma preciosidade, afirmavam, e com alguns nomes semi-legíveis anotados embaixo. Um registro de estimado valor, já que o digital tinha sido criteriosamente varrido, por obscuras razões de segurança de Estado, e, entre os escombros e os incêndios, poucos registros visuais haviam sido encontrados



intactos. Saadi sentia-se desajustado, uma personagem trágica numa farsa grotesca (*grifo nosso*, Carvalho, 2016, p. 26).

O registro perdido outrora denota a fragilidade no cuidado destas memórias, expondo e acentuando a desconfiança acerca do destino destas recordações. À elaboração do passado a partir do levantamento dos sujeitos-objetos destas famílias não é apontado um fim, não é apontada ao longo da narrativa uma inserção desta recuperação no presente, de forma a agir contundentemente em relação às culpas que manifestam. Acerca desta elaboração do passado e aspectos da culpabilidade, Jeanne Marie Gagnebin argumenta:

o culpado continua preso na justificação, ou na denegação, e quer amenizar as culpas passadas; e o acusador, que sempre pode gabar-se de não ser o culpado, contenta-se em parecer honesto, já que denuncia a culpa do outro. Mas a questão candente, a única que deveria orientar o interrogatório ou a pesquisa, a saber, evitar que “algo semelhante” possa acontecer agora, no presente comum ao juiz e ao réu, não é nem sequer mencionada. (2009, p. 102).

Nesse sentido, a recuperação do passado de eventos coletivos traumáticos sem a inserção em políticas do presente que atuem na prevenção da repetição, tornam-se, muitas vezes, um mecanismo para maquiagem a realidade.

Um caminho para se pensar a questão ética da memória no conto parece-nos ser possível de ser realizado pelas égides do testemunho. A relação traumática do personagem com suas memórias está exposta ao longo do conto, mas, sobretudo, destaca-se a aproximação realizada entre memória e veneno, relacionando-se ao título do conto:

Espantado com sua própria apatia, Saadi esfregava os olhos, como se isto removesse uma espécie de areia que nunca saiu da visão [...]. As recordações viam-lhe como um nevoeiro envenenado que se infiltra por baixo das portas e cobre tudo, e ele deixava-se, estranhamente, envolver, não reagia (Carvalho, 2016, p. 25).

É a partir do álbum de fotografias levado pelo *Comité* que a história da família do protagonista se revela para o leitor. A existência de sua irmã, responsável pelos registros apresentados a ele; o otimismo do irmão, que contrasta com seu pessimismo; o pai preso pelo regime, sem perspectiva de regresso; a mãe que não quer abandonar a casa, à espera do marido.

Assim, um panorama mais ampliado deste passado familiar é possível de ser compreendido pelos registros da irmã, que incorporam esteticamente a passagem do tempo e o acirramento do conflito na Síria. As alterações são passíveis de serem

vislumbradas por índices que se alteram nas fotos: primeiro a ausência dos animais, depois a escassez dos adultos, que evadem em busca de refúgio e, por último, o aumento de crianças amparadas pelas famílias, órfãos do conflito civil.

A imagem dos detritos que não se assentam e que se deixam entrever nas fotografias remete não apenas à situação dramática de um país em ruínas, como se torna metafórica dos estilhaços de memórias daquela família. Ela nos recorda a indissociação entre os processos do lembrar e do esquecer, pois conforme Aleida Assmann em *Espaços da recordação*, os vestígios “são signos duplos no sentido de que atrelam indissociavelmente a recordação ao esquecimento [...]” (2011, p. 225).

O tom sépia que se ia acentuando de foto para foto também não tinha nada de estilístico. Pura e simplesmente, a cidade ia ficando debaixo de espessas de nuvens poeiras, resquícios flutuantes de incêndios e explosões cujos detritos não assentavam nunca. (Carvalho, 2016, p. 32)

Embora ao longo da preparação para o recebimento do *Comité* Saadi intentasse manter a mesma astúcia e indiferença de encontros anteriores, na visita que é apresentada ao leitor o personagem claudicou, algo o levou a ceder, algo revelado ao final do conto: a fotografia de seus irmãos antes da partida:

Na última foto que os técnicos exibiam, os dois irmãos posavam, horas antes de entregarem a máquina fotográfica e de a irmã ter revelado o derradeiro rolo. Envolve-os um coração, com certeza desenhado à luz da lanterna, tal era a inexactidão do traço. Foi aqui que o próprio do músculo cardíaco do senhor Saadi claudicou. A ternura da irmã, o ridículo coraçãozinho mal-traçado, o sorriso entusiástico do irmão, e os técnicos a insistirem: Por favor, dê-nos um nome, ajude-nos a identificar este rapaz, este que nunca ri. (Carvalho, 2016, p. 34)

É extremamente sintomático que o momento em que o personagem resolve revelar a identidade de seu irmão nas fotos apresenta uma relação espelhada ao momento de seu resgate pela incompreensão dos europeus que mantêm a usurpação de sua identidade.

O senhor Saadi abriu a boca engelhada, firmou os olhos e respondeu solene, apontando para o irmão: Ele é o Saadi! Os técnicos voltaram-se uns para os outros, abanaram a cabeça de resignação desolada. Tanto tempo, tantas buscas, tanto esforço para nada (Carvalho, 2016, p. 34).

A apropriação da memória não se realiza, em virtude da negação da escuta, o que mantém este passado na ordem do irrecuperável. A fala do personagem provoca

em sua chegada o efeito do engodo da identidade; meio século depois, o efeito do não-verossímil. A descrença do *Comité* acerca da afirmação do personagem comprova-se e ratifica-se a partir da reação de triunfo dos sapatilhas brancas pelo fracasso dos voluntários. A ação que seria de busca de remissão de culpa acaba por descredibilizar a narração do sujeito-objeto, realizando por fim mais uma violência, tomando-o por senil.

“A intenção do comité era boa – todas as intenções são boas depois das consciências em mau estado” (Carvalho, 2016, p. 24). A instrumentalização deste passado pela comissão europeia não se totaliza no universo narrativo, deixando o leitor sem conhecer seus desdobramentos. Mas, pelas várias referências no conto a uma atmosfera do artifício, pautada em falseamentos, fingimentos, relações com protocolos discursivos pré-definidos, o que nos levaria a crer que esta política esboçada pela sociedade europeia não terminasse em um arremedo de reparação?

### Considerações finais

A ficção portuguesa deste século perfaz um caminho arguto de incorporação de temas circulantes nos discursos sociais, friccionando o plano estético e ético em uma responsabilidade partilhada, da qual a ficção de Ana Margarida de Carvalho não escapa.

As imbricações da apropriação política da memória do personagem refugiado deslindam na trama do conto uma tensão entre os limites hodiernos entre o dever de memória e o direito ao esquecimento. O *Comité de Remissão Social de Culpas Europeias no Caso dos Refugiados da Síria* (CRSCECRS) intenta uma política de reparação tardia, que no tempo presente serve mais a ideais europeus, do que realiza alterações significativas no presente do personagem afetado por políticas nefastas de outrora.

Nesse sentido, o título que subverte o dito popular “Pior a emenda que o soneto”, refere-se tanto às políticas pretensamente realizadas que não suturam, mas ampliam as lacunas; como refere-se à delação realizada ao final como única saída possível: melhor a dolorosa recordação que o cianeto.

GONÇALVES, A. Political appropriation of memory in *Melhor a ementa que o cianeto*, by Ana Margarida de Carvalho. *Itinerários*, Araraquara, n. 58, p. 13-25, jan./jun. 2024.

■ **ABSTRACT:** *The maintenance of memory in the face of the policy of erasing collective trauma acts as resistance and prevention of the cyclical repetition of history. From another perspective, the alleged maintenance of memory can also be a way of legitimizing policies that deprive the status of subjects of memory to make them the object of a*

*memory narrated by others. The character in the short story “Melhor a ementa que o cianeto” (in reference to the popular saying ‘The remedy is worse than the disease’) by Ana Margarida de Carvalho becomes the target of these policies. Published in “Uma terra prometida” (A promised land), 2016, the story has as its protagonist a resident of an institution for elderly refugees. At this institution, he is constantly questioned about his memories, to fill gaps in the narratives that European organizations have about their past. Narrated in third person, the story summarizes the institutional attempt to manage these memories as a reparative mechanism. Therefore, we seek to establish from the refugee character an understanding of the political use of memory that is not anchored in the stratagems of forgetting, but in remembering. To make these considerations viable, we will rely on the discussions by Jeanne Marie Gagnebin (2009) and Aleida Asmann (2011) about the indissociation between the movements of remembering and forgetting and by Judith Butler (2015) and Andreas Huyssen (2014) on the discourse of memory and the ethics of forgetting.*

■ **KEYWORDS:** Ana Margarida de Carvalho. Displacement. Memory. Politics. Identity.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.

BENJAMIN, W. Sobre os conceitos de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo.** Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARVALHO, Ana Margarida de. Melhor a ementa que o cianeto. In: FANHA, José. (org.). **Uma terra prometida.**

CARVALHO, Ana Margarida. Entrevista com a escritora portuguesa Ana Margarida de Carvalho. Entrevista concedida a Pietro Gabriel dos Santos Pacheco. **Scriptorium**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 1-4, jul-dez, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2008.

*Apropriação política da memória em “Melhor a ementa  
que o cianeto”, de Ana Margarida de Carvalho*

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado-Presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, 213 p.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

NEVES, Orlando. **Dicionário de Frases Feitas**. Porto: Lello&Irmão, 1992.

PIMENTA, R. **A Casa da Mãe Joana**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

